ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-AT
(MINUTA)

DIA: 03/04/96 - 9:30 horas
LOCAL: ADESG - Rua do Riachuelo, 115 - 9º. andar

Esta reunião, convocada pelo Vice-Presidente, Senhor Mário Mantovani, teve como objetivo tratar dos seguintes assuntos:

- eleição do novo Presidente do CBH-AT, tendo em vista o afastamento do Pref. Hélio Rubens Figueiredo;
- apresentação do Plano Diretor de Macrodrenagem da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

Verificado o quorum regimental, iniciou-se a reunião com a presença do Superintendente do DAEE, Engº Ivan Metran Whately.

Sr. Virgílo Alcides de Faria, representante do MDV do ABC, solicitou a inclusão na pauta a discussão e deliberação da RECOMENDAÇÃO 001/96, aprovada na Câmara Técnica de Proteção dos Mananciais.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Mantovani colocou na pauta para discussão o relatório da Câmara Técnica de Controle de Inundações.

O Sr. Emílio Onishi, representante da FIESP, solicitou verificação de quorum, pois na sua opinião, alguns representantes não estavam credenciados. Salientou que este ponto seria importante, pois esta reunião seria deliberativo de assuntos importantes como a definição da presidência deste Comitê.

O Secretário Executivo, Engº Jorge Simão Junior, solicitou a verificação do quorum e salientou que se a pessoa não estivesse relacionada como representante oficial não poderia votar, a não ser que portasse documento oficial substituindo o membro.

O Sr. Mantovani, que estava presidindo a reunião, autorizou a participação destas pessoas, que não estavam como representante oficial, contanto que trouxesse a autorização do órgão após a reunião.

O representante da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, lembrou que conforme o estatuto, na impossibilidade do Presidente continuar no cargo, quem assume o mesmo é o Vice-Presidente. Portanto, não haverá necessidade de eleição: a presidência seria ocupada pelo Vice no impedimento do Presidente eleito.

A Sra. Neusa Marcondes, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SMA, ratificou e apoiou a opinião do representante da PMSP e salientou que o Prefeito que tomou posse em Itapecerica da Serra seria o membro do Comitê.

O Sr. Mantovani explicou o por quê da convocação desta reunião. Salientou que quando houve este fato, ele estava demissionário do cargo de Vice-Presidente (dia 15/03). Na ocasião houve pedidos de membros da Sociedade Civil para que permanecesse e assumisse o cargo de Presidente, pois por ser um ano eleitoral os Municípios estariam voltando as forças para as eleições municipais e o Comitê não seria um

assunto prioritário . Essa opinião coincide com a da Sociedade Civil, conforme as declarações do Sr. Virgílio.

O Vice-Presidente solicitou manifestação dos Prefeitos sobre o assunto pois o cargo de Presidente deste Comitê, por acordo firmado entre os três segmentos, seria ocupado por um Prefeito.

Os Prefeitos Miguel Bolanho (Biritiba Mirim) e Paulo F. Tokuzumi (Suzano) manifestaram apoio ao Vice-Presidente para substituir o Presidente, pois no presente momento os municípios estão empenhados na campanha eleitoral.

O senhor Mantovani, presidindo a reunião concluiu: "se não houver discordância fica registrado que, conforme deliberação do plenário, fica o Vice-Presidente, interinamente, no cargo de Presidente, conforme o estatuto, até o final do 1º mandato. Se o Sr. Hélio Rubens Figueiredo retornar à Prefeitura de Itapecerica da Serra ele reassumirá o cargo de Presidente".

Dando continuidade a reunião registrou a presença do Diretor Geral do Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais, Dr. Sebastião Virgílio de Figueiredo.

Passou-se a discussão sobre a Recomendação 001/96 da Câmara Técnica de Lei de Proteção de Mananciais e o relatório da Câmara Técnica de Controle à Inundações.

A representante Neusa Marcondes explicou que houve uma participação de todos os segmentos com discussões em reuniões e seminários promovidos pela Câmara Técnica para elaboração desta recomendação. Salientou que se for aprovado neste Comitê, o Estado terá muito mais força para implementar as solicitações do documento.

O prefeito de Biritiba-Mirim colocou em dúvida o item 9 que recomenda não executar obras públicas até a revisão da lei de proteção de mananciais. Esta recomendação não é viável para os municípios com quase toda área dentro da área de proteção de mananciais - APM.

O representante da ELETROPAULO, Engº Marek Gartenkrayt, ressaltou que estes dois assuntos não fazem parte da pauta desta reunião e solicitou que sejam discutidos na próxima reunião para que haja um posicionamento dentro de cada órgão.

O Pref. Paulo F. Tokuzumi concordou com o Prefeito de Biritiba Mirim e salientou que é muito complicado administrar os municípios dentro da APM. Citou o exemplo do município de Suzano que possui 70% da área dentro da APM, e ressaltou que é muito complicado administrar, pois nestas áreas é proibido aumentar rede de água e esgoto, sendo que a população necessita destes serviços essenciais. No seu entender a lei está sendo revista porque há falhas na mesma. Portanto, enquanto se faz a revisão desta lei, solicitou que não impeça o desenvolvimento dos municípios. Solicitou o adiamento da deliberação desta recomendação para melhor análise do assunto, respeitando os integrantes da referida Câmara.

A proposta do Senhor Mantovani como presidente do CBH-AT seria colocar em votação o documento com destaque do ítem 9, que seria rediscutida já que a Comissão não será extinta. Destacou também a

importância da apreciação deste documento, pois este ano por ser um ano eleitoral há um grande número de invasões ocorrendo nas áreas de proteção de mananciais.

O Senhor Virgílio ressaltou a importância da aprovação deste documento pois a reivindicação da Sociedade Civil é de aparelhar o Estado e os Municípios para que estes órgãos tenham condições para executar fiscalizações preservando as áreas de proteção de mananciais.

O representante da ELETROPAULO ressaltou, mais uma vez, que estes dois assuntos: Recomendação nº 001/96 da Câmara Técnica de Proteção de Mananciais e o relatório da Câmara Técnica de Combate às Inundações deveriam ser discutidos em uma próxima reunião. Salientou que a ELETROPAULO cumpre rigorosamente o que está estabelecido em lei, referindo-se ao ítem 8 da Recomendação nº 001, por outro lado, há a reivindicação da população que já reside nestas áreas e necessita de um mínimo de infra-estrutura para se ter uma condição de vida razoável. Salientou que este assunto já está em discussão nos vários segmentos: Estado Município e Sociedade Civil e portanto teríamos que ter cautela para não obstruir os trabalhos em andamento nestes órgãos.

O Senhor Mantovani solicitou a inclusão de um novo ítem para tratar da compensação financeira de 1% aos municípios com áreas de proteção aos mananciais.

O Senhor Mário César Nascimento, representante da Secretaria de Saúde, salientou também a importância da aprovação deste documento, pois o mesmo foi discutido entre os três segmentos e que as mudanças na Legislação está prevista para 07/96 e até esta data é necessário uma fiscalização para que não haja degradação das áreas de proteção de mananciais. Informou que a Secretaria da Saúde está discutindo a revisão da lei de proteção de mananciais sob a óptica da saúde , com objetivo importante: vida humana. Estas discussões serão divulgadas, após a conclusão do programa e na sua opinião esta recomendação deverá ser votada imediatamente .

O Senhor Helder Wuo, representante do GENT, salientou que na elaboração desta recomendação houve uma participação ampla de todos os setores, o processo foi democrático, foram realizadas audiências e seminários públicos e todos tiveram oportunidade de modificar o documento. Solicitou à plenária a aprovação do documento.

O Senhor Silas, representante da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aprovou a inclusão do novo ítem que atende à solicitação das prefeituras que tem áreas em locais de proteção de mananciais e sugeriu que os próprios municípios fiscalizassem estas áreas através da orientação de entidade responsável para essa finalidade.

O Senhor Virgílio, não concordou com a proposta do representante da ELETROPAULO e salientou que não tem sentido retirar o ítem pois o mesmo foi analisado e discutido na Câmara Técnica antes de trazerem ao plenário do Comitê .

O Senhor Mantovani colocou em votação a inclusão dos dois assuntos na ordem do dia: relatório da Câmara Técnica de Controle à Inundações e a Recomendação nº 001/96 da Câmara Técnica de Proteção de mananciais.

Foi aprovada a inclusão na pauta dos dois assuntos.

Continuando a discussão o Pref. Paulo Tokuzumi salientou que as leis de proteção de mananciais estão em vigor desde 1977 e serviu por um período, atualmente encontram-se desatualizadas e está prevista para 07/96 o término da revisão da referida lei. Na sua opinião, considerou inviável uma recomendação para se tentar melhorar as áreas de proteção de mananciais em 4 a 5 meses. Com relação aos problemas, acumulados ao longo dos anos, sugeriu que os mesmos fossem resolvidos no "bom senso". Citou o exemplo de uma indústria que está localizada na área de proteção de mananciais que polui muito menos que as favelas situadas no local. Na atual situação sócio - econômica brasileira, fechando a indústria, ela iria para outro Estado acarretando desemprego que hoje é um problema social grave.

A representante da Secretaria do Meio Ambiente esclareceu que a lei de compensação financeira, aprovada pela Assembléia, com dinheiro orçamentário está pronta para ser assinada, no Gabinete do Governador, desde o dia 02 ou 03/01/96. Salientou que todos os prefeitos podem solicitar ao Governador para que assine a referida lei e a distribuição destes recursos às Prefeituras, após a assinatura, seria feita no prazo de um mês.

O Senhor Virgílio propôs uma moção ao Governador solicitando a aprovação da regulamentação desta lei.

Colocada em votação a Recomendação 001/96 da Câmara Técnica de Proteção de Mananciais foi aprovada na íntegra.

Houve um protesto, veemente, do Prefeito Miguel Bolanho, pois, na sua opinião, considera inviável administrar o município, conforme a recomendação aprovada e como protesto não virá mais às reuniões deste Comitê.

Em seguida, anunciou o Eng. Jorge Simão para falar sobre o relatório da Câmara Técnica de Controle de Inundação na RMSP.

O Eng. Jorge Simão apresentou uma síntese do relatório sobre o Controle de Inundações na RMSP, trabalho desenvolvido por aproximadamente 10 meses. Salientou que os ítens já estão sendo incorporados no Plano Diretor de Macrodrenagem, que será desenvolvido em conjunto com a PMSP. A PMSP irá contratar o detalhamento do Plano Diretor de Macrodrenagem e sugeriu que a Câmara Técnica de Controle à Inundações acompanhasse os trabalhos para que as teses debatidas na referida Câmara fossem realmente respeitadas na elaboração deste plano.

O Eng. Darcy Andrade de Almeida, representante do Instituto de Engenharia concordou com as colocações do Eng. Jorge Simão, mas fez um protesto pois não foram incluídas algumas sugestões enviadas à Câmara Técnica: questão do período de retorno dos eventos de cheias, funcionamento imediato da Câmara Técnica de acompanhamento do "Planão" e análise dos pontos específicos de enchentes na Grande São Paulo com plano de ação imediato para essas regiões.

O Eng. Jorge Simão explicou que estas sugestões foram incorporadas no relatório dentro de cada ítem em que o assunto foi tratado, e na oportunidade enumerou os ítens que consta o assunto.

Na opinião do Arq. Renato Tagnin, representante da SMA, não houve aprovação deste relatório na própria Câmara Técnica e em consequência não é aconselhável a discussão no Comitê e propõe que seja retirado da ordem do dia.

Diante destes fatos o Sr. Mantovani solicitou ao Eng. Darcy, para que encaminhasse as sugestões à Secretaria Executiva e providenciar a convocação de uma reunião da Câmara Técnica de Controle de Inundações para concluir o assunto.

O Secretário da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras - SRHSO, Eng. Hugo Rosa, explanou sobre três assuntos: Plano Diretor de Macrodrenagem, Presidência do CBH-AT (já resolvida) e a dinamização do Comitê. Enumerou vários assuntos que devem ser discutidos no Comitê e salientou que há necessidade de dinamizar este Comitê e há algumas questões que devem ser priorizadas:

- questão da composição - este Comitê está representado por 16 representantes de cada segmento, mas os municípios ainda não definiram os representantes de cada sub-região, dificultando a questão do "quorum".
- questão do Sub-Comitê - há questões que são regionais (algumas pessoas interessam pelo assunto e outras não estão diretamente envolvidas), por exemplo, questão do Guarapiranga, interessa aos municípios que são vizinhos à represa e não há grande interesse em municípios da zona leste, por exemplo município de Salesópolis e outros. Estes assuntos deverão ser discutidos regionalmente, através de Sub-Comitê, e depois de um consenso na região trazidos ao Comitê. É importante pensarmos na criação de Sub-Comitê de bacias.
- questão da dinamização do Comitê - o papel da Secretaria Executiva é importante nesta questão. Há necessidade de participação mais ativa dos 3 segmentos: Estado, Municípios e a Sociedade Civil. O governo do Estado assumiu um compromisso com os membros do Comitê de apresentar uma proposta de dinamização e de maior envolvimento da Secretaria Executiva do Comitê.

Na questão do Plano Diretor de Macrodrenagem salientou a importância da participação do Comitê no assunto. O assunto enchente deve ser tratado de maneira integrada e não podendo ser atacada isoladamente. Este assunto deve ser tratado de uma forma sistêmica e integrada, com a participação dos diversos níveis de governo e sociedade civil. Sobre o Plano de Macrodrenagem informou que está sendo formalizado um convênio com a PMSP, que alocará recursos financeiros para o mesmo e dará continuidade ao trabalho realizado pela HIDROPLAN. Houve também um contacto com as Prefeituras do ABC para se iniciar um trabalho integrado para enfrentar as questões de enchentes.

As principais questões que devem ser levados em conta são:

- estudar a bacia hidrográfica como um todo;
- ação integrada das esferas municipais e estaduais;
- deve ser estudadas levando em conta outros fatores: uso e ocupação do solo, erosão, etc.;
- iniciar ações à montante das bacias, procurando reter as águas, retardando o escoamento.

O Secretário sugeriu uma visita dos técnicos, dos prefeitos do ABC e também os representantes da Sociedade Civil aos países da Europa para conhecer novas tecnologias de combate às enchentes. Por último, salientou a necessidade de implementar monitoramento em tempo real dos dados hidrológicos. Este monitoramento tem como finalidade organizar um banco de dados, estabelecer e revisar regras operativas para a operação das barragens do Alto Tietê, previsão de chuvas, aferição de modelo matemático, etc..

O superintendente do DAEE esclareceu que os dados hidrometeorológicos utilizados na elaboração do ”Planão” estão à disposição de todos e reforçou que os trabalhos do Plano Diretor de Macrodrenagem será elaborado dando continuidade ao “Planão” e será submetido ao Comitê.

A representante Téia Magalhães, Água e Vida, externou sua preocupação e frustração em relação ao funcionamento do Comitê. Frisou a necessidade de todos identificar as causas e tentar resolve-las. Salientou que, na sua opinião, o fato de dar maior peso ao município de São Paulo não é solução, pois a PMSP tem uma participação ativa devido as condições técnicas-econômicas que possui. Este fato de dar maior peso à PMSP pode surtir efeito contrário inibindo os municípios de menor porte. Ressaltou que vários assuntos (enumerando os mesmos) não foram apresentados ao Comitê e já estão em andamento. Solicitou maior participação dos representantes no sentido de examinar os documentos para propiciar a discussão sobre o assunto.

O secretário Hugo Rosa salientou que o “sentimento igualdade/uniformidade” não é uma boa forma de representação. A melhor forma de representação é aquela em que o representante tenha uma relação com os representados. Portanto a PMSP deve ter uma força de voto correspondente ao peso político que tem na bacia, na sua opinião. Com relação aos assuntos que não foram apresentados no Comitê, salientou que entre aqueles enumerados pela Téia vários foram discutidos e aqueles que ainda não foram discutidos (e estamos sendo criticados por este fato), os próprios membros do Comitê deveriam se manifestar, solicitando discussão e debates sobre os mesmos; mas ninguém o fez. Portanto,observou: temos que reconhecer, se o Comitê não está a contento a responsabilidade é de todo nós, não há ninguém inocente e temos que procurar melhorar o desempenho do mesmo. Em relação ao Plano Diretor de Macrodrenagem esclareceu que este plano ainda não existe, e que estamos discutindo o termo de referência para o mesmo.

O Sr. Virgílio mostrou preocupação com relação à privatização da ELETROPAULO com 100% de carga na usina Henry Borden e sugeriu que este assunto deve ser discutido no Comitê.

O secretário Hugo Rosa respondeu dizendo que não tem conhecimento sobre esse assunto, aproveitou a oportunidade para informar que a SABESP está solicitando autorização para captação de água na represa Billings.

O Sr. Helder solicitou espaço para discutir a questão dos desapropriados em função das construções das barragens do Alto Tietê e as

regiões deveriam ser estimuladas para o desenvolvimento como área de lazer e turismo.

O secretário Hugo Rosa considera necessário e urgente a criação do Sub-Comitê de bacias, fórum adequado para discutir os problemas regionais, criar modelos diferentes de desenvolvimento para cada região.

O superintendente do DAEE endossou a proposta de criação do Sub-Comitê e frisou que não se trata de enfraquecimento, com diluição de vários assuntos, mas sim de trazer ao Comitê, somente questões já discutidas na região, para deliberação.

O representante Wagner Bossi, representante Prefeitura Municipal de Diadema , mostrou preocupação em relação a participação das prefeituras estar diretamente ligada à peso político. Na sua opinião, independente do peso político todas as decisões do Comitê devem ser cumpridas e salientou também que o Comitê foi criado através de lei que dá garantia institucional, portanto as deliberações devem ser cumpridas.

O Sr. Mantovani, diante das informações do Superintendente do DAEE, que há um grupo de técnicos que vai receber e analisar o trabalho do Consócio HIDROPLAN a questão da criação da Câmara Técnica de Acompanhamento do " Planão" fica adiada para um momento oportuno.

A Sra. Gina Besen, representante da Prefeitura Municipal de Embú, observou que não considera ideal o Conselho Consultivo do Guarapiranga, como modelo para o Sub-Comitê de bacia.

A Sra. Neusa Marcondes salientou que a questão da criação do Sub-Comitê deve ser muito bem ponderada. Na sua opinião, as questões regionais poderiam ser discutidas em Câmaras Técnicas ou Unidades Regionais. Lembrou também que os assuntos, sob a óptica da Lei de Proteção de Mananciais, interessam à todos os municípios. Como sugestão o Comitê poderia experimentar trabalhar com as Unidades Regionais para criar uma massa crítica para, posteriormente, pensar em Sub-Comitê.

O Superintendente do DAEE esclareceu que não quis trazer o Conselho Consultivo do Guarapiranga como modelo, mas sim como exemplo. Observou que o Conselho Consultivo do Guarapiranga é um órgão consultivo e o Comitê é deliberativo, portanto é um órgão mais forte. Colocou-se à disposição para ajudar fortalecer o Comitê, oferecendo apoio à Secretaria Executiva do mesmo.

O Sr. Mantovani, na qualidade de presidente do Comitê encerrou a reunião, lendo a moção aprovada que seria encaminhada ao Senhor Governador do Estado.